



Evânio Moura

PROCESSO PENAL ELEITORAL

**CRIMES ELEITORAIS,
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA**

Curitiba
Juruá Editora
2014

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-4756-4



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Moura, Evânio.

M929 Processo penal eleitoral: crimes eleitorais, jurisdição
e competência./ Evânio Moura./ Curitiba: Juruá, 2014.
356p.

1. Direito eleitoral. 2. Crime eleitoral. I. Título.

CDD 342.07 (22.ed.)

CDU 342.81

000202

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
Capítulo 1 – CONSTITUIÇÃO, PROCESSO PENAL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL ELEITORAL	29
1.1 Noções Gerais	29
1.1.1 Conceito de direitos fundamentais e diferença entre direitos e garantias...	32
1.1.2 Evolução histórica dos direitos fundamenais: as gerações ou dimen- sões dos direitos fundamentais.....	33
1.1.3 Papel dos princípios no sistema jurídico, seu conceito e amplitude.....	35
1.2 Devido Processo Legal (Art. 5º, LIV, da CF).....	37
1.2.1 Evolução histórica do princípio	37
1.2.2 Conceito e amplitude do devido processo legal	40
1.2.3 Duplo significado do devido processo legal	42
1.2.4 Devido processo penal e processo penal justo	44
1.2.5 Duração razoável do processo penal eleitoral e devido processo legal	46
1.3 Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa (Art. 5º, LV, da CF)	50
1.3.1 Princípio do contraditório: conceito e amplitude	50
1.3.1.1 Distinção entre contraditório real e contraditório formal	54
1.3.1.2 Princípio do contraditório e a utilização de prova emprestada.....	55
1.3.2 Princípio constitucional da ampla defesa	57
1.3.2.1 Conceito e alcance subjetivo da ampla defesa	59
1.3.2.2 Divisão do direito de defesa.....	63
1.3.2.3 Defensoria pública	75
1.4 Presunção de Inocência (Art. 5º, LVII, da CF).....	77
1.4.1 Conceito e amplitude	77
1.4.2 Inquéritos ou processos em curso e maus antecedentes	80
1.4.3 Direito de recorrer em liberdade, impossibilidade de considerar deserto recurso da defesa pela fuga do réu e o princípio constitucional da presunção de inocência	81

1.5	Princípio do Juiz Natural (Art. 5º, XXXVIII e LIII, da CF).....	84
1.5.1	Evolução histórica e conceito.....	85
1.5.2	Vedação à existência de tribunais de exceção ou <i>ad hoc</i>	86
1.5.3	Amplitude e desdobramentos do princípio do juiz natural	89
1.5.4	Questões atuais e polêmicas ligadas ao princípio do juiz natural	90
1.5.4.1	Especialização de varas em razão da matéria por resolução do tribunal.....	91
1.5.4.2	Princípio do juiz natural e o <i>tempus regit actum</i>	93
1.5.4.3	A impossibilidade da designação aleatória de magistrado e o respeito aos substitutos legais	94

Capítulo 2 – JUSTIÇA ELEITORAL 99

2.1	Evolução Histórica	99
2.1.1	Primórdios da escolha dos representantes populares pelo voto e da legislação eleitoral brasileira.....	101
2.1.2	Criação da Justiça Eleitoral	104
2.1.3	Evolução do direito ao sufrágio e ao voto, sistema jurisdicional e a Constituição Federal de 1988.....	107
2.2	Funções e Características da Justiça Eleitoral	109
2.2.1	Função administrativa	109
2.2.2	Função jurisdicional.....	110
2.2.3	Funções normativa e consultiva da Justiça Eleitoral.....	111
2.2.4	Impossibilidade de resolução eleitoral em matéria penal e o necessário respeito ao princípio da legalidade (art. 5º, XXXIX, da CF).....	113
2.3	Organização da Justiça Eleitoral.....	117
2.3.1	Instâncias da Justiça Eleitoral	117
2.3.2	Composição da Justiça Eleitoral	119
2.3.2.1	Tribunal Superior Eleitoral	119
2.3.2.2	Tribunal Regional Eleitoral.....	124
2.3.2.3	Juizes eleitorais	126
2.3.2.4	Juntas eleitorais.....	127
2.3.3	Organização geográfica da Justiça Eleitoral.....	127
2.3.3.1	Conceito de zona eleitoral e critérios para sua definição	128
2.4	Ministério Público Eleitoral	130
2.4.1	Organização e composição do Ministério Público Eleitoral.....	131
2.4.2	Atribuições do <i>parquet</i> eleitoral e a lisura do processo eleitoral.....	133

Capítulo 3 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA PENAL 135

3.1	Conceito de Jurisdição.....	135
-----	-----------------------------	-----

3.2	Jurisdição Penal	139
3.3	Características e Regras Inerentes à Jurisdição Criminal	141
3.3.1	Exercício pelo Poder Judiciário	141
3.3.2	<i>Ne procedat iudex ex officio</i>	142
3.3.3	Obrigatoriedade da prestação jurisdicional	143
3.3.4	Duplo grau de jurisdição	144
3.3.5	Indelegabilidade e improrrogabilidade da jurisdição	146
3.4	Jurisdição Comum e Especial	149
3.5	Competência Penal	151
3.5.1	Competência relativa e competência absoluta	152
3.5.2	Critérios de delimitação da competência	154
3.5.3	Competência em razão do lugar (<i>ratione loci</i>)	155
3.5.3.1	Hipóteses de competência em razão do lugar com delimitação de foro subsidiário	156
3.5.3.2	Delimitação de competência nos crimes à distância e crimes cometidos fora do Brasil, no território marítimo e no espaço aéreo	157
3.5.4	Foro por prerrogativa de função e competência penal	159
3.5.4.1	Evolução histórica do foro por prerrogativa de função	162
3.5.4.2	Atual estágio de discussão do foro por prerrogativa de função no Congresso Nacional	166
3.5.4.3	Competência do Supremo Tribunal Federal	169
3.5.4.4	Competência do Superior Tribunal de Justiça	170
3.5.4.5	Foro competente para processar e julgar os prefeitos pela prática de infrações penais de competência da justiça comum e especial	170
3.5.4.6	Foro por prerrogativa de função na hipótese de ilícitos penais praticados por magistrados e membros do Ministério Público	171
3.5.4.7	Competência do Tribunal do Júri e prerrogativa de função (art. 5º, XXXVIII, da CF e abrangência da Súmula 721 do STF)	172
3.5.4.8	Competência por prerrogativa de função no âmbito da Justiça Militar	173
3.5.5	Conexão e continência como critérios delimitadores da competência penal	173
3.5.5.1	Conexão	174
3.5.5.2	Continência	177
3.5.5.3	Análise das regras utilizadas para fixar o <i>forum attractionis</i> e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	178

3.5.5.4	Disjunções processuais: exceções à regra da unidade de processos e julgamento.....	181
3.5.6	Distribuição e prevenção.....	183
3.6	Conflitos de Competência	185
3.6.1	Conflito de atribuição.....	186

Capítulo 4 – COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA ELEITORAL 189

4.1	Peculiaridades do Princípio do Juiz Natural no Âmbito da Justiça Eleitoral	189
4.1.1	O juiz eleitoral e a peculiaridade do exercício de jurisdição por prazo determinado	191
4.1.2	Substituições na Justiça Eleitoral e juiz convocado para atuar como juiz auxiliar. Violação do princípio do juiz natural?	193
4.1.3	Julgamento de matéria penal eleitoral pelo Supremo Tribunal Federal em sede de recurso eleitoral e o princípio do juiz natural	196
4.1.4	Impossibilidade de um mesmo magistrado julgar duas vezes idêntico fato atuando como juiz de instâncias distintas, diante da existência de impedimento (art. 252, III, do CPP).....	199
4.1.5	Princípio do promotor natural	203
4.1.5.1	Fundamentos constitucionais para o reconhecimento e a consagração do princípio do promotor natural.....	205
4.1.5.2	Designação do promotor eleitoral e critérios de escolha	207
4.2	Conceito de Crime Eleitoral e seus Desdobramentos	209
4.2.1	Crime eleitoral como espécie do crime político e crime comum.....	212
4.2.2	Bens jurídicos tutelados	214
4.2.3	Crimes eleitorais específicos ou puros e crimes eleitorais acidentais.....	219
4.2.4	Crimes de atentado e crime eleitoral	220
4.2.5	Penas nos crimes eleitorais.....	221
4.2.6	Destinatários da norma penal eleitoral	226
4.2.6.1	Inimputável e crime eleitoral	226
4.2.6.2	Imunidade parlamentar e crime eleitoral.....	227
4.2.7	Responsabilidade penal de pessoa jurídica e crime eleitoral (art. 336 do CE).....	230
4.2.8	Crime eleitoral e a realização de plebiscito e referendo	233
4.3	Competência Penal da Justiça Eleitoral.....	236
4.3.1	Competência pelo lugar da prática do crime eleitoral	236
4.3.1.1	Delimitação da competência na hipótese de vários municípios integrarem a mesma zona eleitoral e na situação de existir um município com mais de uma zona eleitoral	237
4.3.1.2	Delimitação da competência no local onde o crime eleitoral deve produzir seu resultado.....	239

4.3.1.3	Competência relativa em razão do lugar e exceção de competência dilatória.....	240
4.3.1.4	Conflito de competência em razão do lugar e delimitação do foro competente	242
4.3.2	Competência por prerrogativa de função na Justiça Eleitoral	243
4.3.2.1	Da ausência de duplo grau de jurisdição e o foro por prerrogativa de função.....	245
4.3.2.2	Competência <i>ratione personae</i> fixada por Constituição Estadual	247
4.3.2.3	Competência por prerrogativa de função, conexão e continência e a cessação da função.....	251
4.3.2.4	Prerrogativa de função e foro competente para processar e julgar crimes eleitorais.....	254
4.3.3	Competência constitucional do Tribunal do Júri e da Justiça Eleitoral....	261
4.3.3.1	Competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar o crime doloso contra a vida conexo com o crime eleitoral.....	264
4.3.3.2	Separação de processos e julgamento: Justiça Eleitoral julga o crime eleitoral e o Tribunal do Júri julga o crime doloso contra a vida	265
4.3.3.3	Unidade de processos e julgamento: julgamento pelo Tribunal do Júri instalado no âmbito da justiça eleitoral	268
4.3.4	Competência por conexão ou continência.....	269
4.3.4.1	Conexão entre crime eleitoral e crime comum da competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual.....	270
4.3.4.2	Conexão entre crime eleitoral e crime comum com rito específico.....	272
4.3.4.3	Conexão entre crime eleitoral e crime comum, havendo a prescrição do crime eleitoral	273
4.3.4.4	Conexão entre crime eleitoral e crime militar.....	275
4.3.5	Crimes praticados contra a administração da Justiça Eleitoral e foro competente.....	276
4.3.5.1	Conceito de crimes contra a administração da justiça e a Justiça Eleitoral como integrante do Poder Judiciário da União.....	277
4.3.5.2	Crimes contra a administração da Justiça Eleitoral e desdobramentos processuais	278
4.3.6	Competência para execução da sentença penal eleitoral	280
4.3.6.1	Execução de penas privativas de liberdade e das penas restritivas de direito.....	280
4.3.6.2	Execução da pena de multa.....	283

Capítulo 5 – CRIMES ELEITORAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DESPENALIZADORES DA LEI 9.099/95 NA JUSTIÇA ELEITORAL.....	285
5.1 Crime de Menor Potencial Ofensivo	285
5.1.1 Afastamento da vedação atinente ao procedimento especial com a vigência da Lei 11.313/06	288
5.2 Crimes Eleitorais de Menor Potencial Ofensivo e Incidência dos Institutos Despenalizadores da Lei 9.099/95	290
5.2.1 Possibilidade de aplicação das Leis 9.099/95 e 11.313/06 pelo Poder Judiciário Eleitoral	291
5.2.2 Critérios utilizados para delimitação da pena mínima no crime eleitoral ..	292
5.2.3 Dificuldade de incidência da etapa procedimental atinente à busca da composição civil dos danos (art. 74 da Lei 9.099/95)	293
5.2.4 Aplicação da transação penal nos crimes eleitorais de pequeno potencial ofensivo e seus desdobramentos	295
5.2.4.1 Propositura da transação penal, ausência de proposta e seus desdobramentos	296
5.2.4.2 Efeitos da sentença homologatória da transação penal	299
5.2.4.3 Descumprimento da transação penal e seus desdobramentos.....	300
5.3 Suspensão Condicional do Processo na hipótese de Crime Eleitoral.....	301
5.3.1 Requisitos para a oferta de proposta do <i>sursis</i> processual e momento processual da propositura.....	304
5.3.2 A suspensão condicional do processo como direito subjetivo do acusado	306
5.3.3 Corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio e suspensão condicional do processo.....	308
5.3.4 Revogação do <i>sursis</i> processual.....	313
5.3.5 Extinção da punibilidade pelo cumprimento do <i>sursis</i> processual	314
5.3.6 Suspensão condicional do processo virtual, projetada, antecipada ou em perspectiva	315
CONCLUSÕES	317
REFERÊNCIAS	325
ÍNDICE ALFABÉTICO	333